

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto outra forma)

	Taxa %	Custo 2021	Aquisições	Baixas	Custo 2020	Depreciação Acumulada	Valor líquido	2022	2021
Terenos	-	4.315	4.724	(226)	8.813	-	8.813	4.315	4.315
Prédios e construções	2	8.114	-	(678)	7.436	(2.397)	5.039	5.748	5.748
Móveis e utensílios e outros	3 a 100	18.461	711	-	19.172	(13.331)	5.841	7.443	7.443
Instalações	6 a 25	334	309	-	643	(250)	393	100	100
Máquinas, equipamentos e outros	33.33 a 50	631	-	(30)	601	(291)	310	340	340
Veículos	20	204	-	-	204	(170)	34	43	43
Bens de arrendamento mercantil	7 a 50	1.094	-	(8)	1.086	(838)	248	334	334
		<b>33.153</b>	<b>5.744</b>	<b>(942)</b>	<b>37.955</b>	<b>(17.277)</b>	<b>20.678</b>	<b>18.323</b>	<b>18.323</b>

No exercício 2010, a Companhia procedeu a recomposição de valores de seu ativo não circulante amparada nos pronunciamentos técnicos pelas NBC TGs 04, 27 e 28. Tal atribuição de custos foi dirigida às propriedades para investimento, imobilizados e intangíveis, resultando nos seguintes efeitos no patrimônio líquido.

	Custo Atribuído	IRPJ	CSLL	Total	Efeito Líquido
Saldos em 31.12.2020	6.575	1.671	594	2.265	4.310
(-) Realização da reserva por depreciação	(32)	-	-	-	(32)
Impostos sobre a realização da reserva	-	(8)	(3)	(11)	11
Saldos em 31.12.2021	6.543	1.663	591	2.254	4.289
(-) Realização da reserva por depreciação	(1.726)	-	-	-	(1.726)
Impostos sobre a realização da reserva	-	(7)	(3)	(10)	10
Saldos em 31.12.2022	4.817	1.656	588	2.244	2.573

	Taxa %	Custo 2021	Aquisições	Baixas	Custo 2022	Amortização Acumulada	Valor líquido	2022	2021
Sistemas de informática e outros	10 a 33	1.816	72	-	1.888	(1.383)	505	487	487
		<b>1.816</b>	<b>72</b>	<b>-</b>	<b>1.888</b>	<b>(1.383)</b>	<b>505</b>	<b>487</b>	<b>487</b>

14. Fornecedores: Representam as obrigações a pagar, pela aquisição de bens ou serviços, de fornecedores nacionais, no curso normal das operações da Companhia.

15 - Empréstimos:

	Encargos financeiros	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro	CDI* + 0,72% a.m	731	1.047	1.720	1.778
		<b>731</b>	<b>1.047</b>	<b>1.720</b>	<b>1.778</b>

Os saldos devedores em 31 de dezembro de 2022, estão garantidos por créditos de clientes, aval da diretoria, pelos próprios bens e hipoteca de imóvel sede da Companhia.

\* CDI - Certificado de Depósito Interbancário

16 - Saldos e Transações com Partes Relacionadas:

	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
Barlavento S.A.	-	245	3	19
Bombordo Participações	-	271	57	6
Adiantamento para futura compra de ações	21	-	-	-
Pessoas físicas	56	139	2.359	1.774
Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda.	44	7	-	-
Outros	-	292	11	25
Controladora	121	459	2.875	3.115
Consolidado	77	452	2.875	3.115

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se a operações de mútuo entre empresas e pessoas ligadas por prazo indeterminado. A remuneração/encargos oscila entre a TR + 6% a.a. e a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

17. Parcelamentos de Tributos Federais e Estaduais: O saldo reconhecido no passivo circulante e não circulante está composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Passivo Circulante		
Parcelamento ICMS - RS	2.085	1.548
	<b>2.085</b>	<b>1.548</b>
Passivo Não Circulante		
Parcelamento ICMS - RS	9.166	10.709
	<b>9.166</b>	<b>10.709</b>

A Companhia parcelou, através do programa Refaz/RS, em 2019, valores exigidos em auto de infração da Administração Tributária Estadual do Estado do Rio Grande do Sul lavrado em 29 de dezembro de 2006, em função da exigência de ICMS e demais encargos legais sobre importações e glosa dos créditos relativos às entradas, que estavam em discussão judicial em 2018.

18. Provisão para Contingências: As provisões para riscos tributários e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

a) Contingências passivas - Perdas prováveis

	Depósitos Judiciais	Contingência Provável	Provisão Reconhecida	2022	2021
Controladora	984	967	-	309	268
Contingências tributárias	270	326	396	396	396
Contingências trabalhistas/cíveis	1.254	1.293	396	705	664
Total controladora				<b>705</b>	<b>664</b>
Controlada					
Contingências trabalhistas	-	-	-	-	-
Total consolidado	1.254	1.293	396	705	664

Aos Administradores e Acionistas da LINCK Máquinas S.A.

Eldorado do Sul - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da LINCK Máquinas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da LINCK Máquinas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases:** 1. Conforme Nota Explicativa nº 07, a companhia teve sua Ação Ordinária/processo nº 5021108-27.2019.4.04.7100, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, devidamente Transitada em Julgado e habilitação do crédito fiscal junto a Secretaria da Receita Federal. As compensações fiscais realizadas pela Companhia totalizam créditos no montante de R\$13.063 mil, os quais dependem de efetiva homologação por parte da Secretaria da Receita Federal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demons-

trações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro,

assegurar acréscimo do capital de giro, amortização de dívidas da Companhia e investimentos em bens de ativo não circulante. No exercício de 2022 ficará a cargo da Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o complemento ou não desta reserva. Em atendimento as determinações da Lei nº. 11.638/07, o lucro do exercício de 2022 R\$52.361 mil (2021 - R\$ 32.374 mil), deduzidos da antecipação de lucros de R\$ 7.011 mil, juros sobre o capital próprio de R\$ 3.730 mil, constituição da reserva legal de R\$2.618 mil, acrescido pela realização por depreciação de ativos recompostos de R\$ 32 mil, resultando o montante disponibilizado para a Assembleia no valor de R\$39.034 mil.

(c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Nos termos do estatuto social, os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos equivalentes, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, 10% maiores do que os atribuídos aos acionistas portadores de ações ordinárias. A Companhia tem por prática calcular juros sobre o capital próprio ao longo do exercício, sendo imputado ao dividendo mínimo obrigatório no final do exercício social, provisionando a diferença como dividendos propostos. Os juros sobre o capital próprio estão registrados como despesa financeira do exercício e revertidos na Demonstração do Resultado do Exercício apenas para fins de apresentação. O benefício fiscal destes juros é de R\$ 1.268 mil. As bases de cálculos dos dividendos, assim demonstrados:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício sem efeito dos juros s/capital próprio	58.179	35.400
(-) Compensação Prejuízos Acumulados	-	(7.136)
Base de Cálculo Participações	58.179	28.264
(-) Participação dos Administradores 10%	(5.818)	(2.826)
Base de Cálculo Reserva Legal	52.361	25.438
(-) Reserva Legal - 5%	(2.618)	(1.272)
Base de cálculo dos dividendos	49.743	24.166
Dividendo mínimo obrigatório - 25% - 2022 / 28,09% - 2021	12.435	6.789
Juros sobre o capital próprio	3.524	1.254
Juros sobre o capital próprio 10% ações preferenciais	206	73
	<b>3.730</b>	<b>1.327</b>
Imposto de renda na fonte (15%)	(560)	(199)
<b>Saldo líquido juros sobre o capital próprio</b>	<b>3.170</b>	<b>1.128</b>
Dividendos propostos excedentes aos juros s/o capital próprio	8.705	5.462
Dividendos adicionais 10% ações preferenciais a distribuir	62	35
<b>Dividendos complementares propostos</b>	<b>8.767</b>	<b>5.497</b>

21 - Imposto de Renda e Contribuição Social (no resultado):

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado antes dos impostos e contribuições	81.304	51.677	81.324	51.677
Adições e exclusões				
• Equivalência patrimonial	(285)	14	(285)	14
• Outros	184	(997)	331	(997)
Compensação de prejuízos fiscais	(13.063)	(15.420)	(13.063)	(15.420)
Base de cálculo	68.140	35.274	68.307	35.274
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
I.R. e contribuição social corrente no resultado	23.168	11.993	23.224	11.993

Adições e exclusões temporárias

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(127)	1.034	(127)	1.034
• Provisão para contingências trabalhistas	-	48	-	48
<b>Realização/Constituição cred. s/prej. fiscais</b>				
• Prejuízo Exercícios Anteriores	10.973	15.420	10.973	15.420
Base de cálculo	10.846	16.502	10.846	16.502
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Provisão / Crédito de IRPJ e CSLL no resultado	3.688	5.611	3.688	5.611
Provisão / Crédito I.R. e contribuição social	26.855	17.604	26.912	17.604

22. **Instrumentos Financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração destes instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis.

23. **Seguros:** A Companhia e sua controlada Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda., adotam política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a Administração contrata seguros com o conceito de limite máximo possível em um mesmo evento, mantendo coberturas para riscos operacionais e responsabilidade civil.

24. **Eventos Subsequentes:** Até o presente momento, não temos conhecimento de qualquer processo de natureza tributária que tenha obtido seu "trânsito em Julgado" em exercícios anteriores, com decisão favorável a companhia, que possa ser impactado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 8 fevereiro de 2023, sobre a eficácia temporal da coisa julgada.

Diretoria	
Suzana Maria Matte Linck - Diretora Presidente	Rodrigo Linck Graeff - Diretor
Juliano Schimith Dalagnol - Diretor	Cristiano Leonardi da Silva Longaray - Diretor
<b>Responsabilidade Técnica - Lisboa &amp; Moraes Contabilidade S/S - CRC RS nº 7.107</b>	
<b>Adriana Moraes</b>	
Contadora CRC RS nº 67.568	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 06 de março de 2023.

Ronei Xavier Janovic

Contador - CRCRS nº 40.743

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O - CVM 12.360 -



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

